



GT 032. Espaços Fronteiriços numa Perspectiva Interdisciplinar: formações identitárias e o problema da cidadania.

Izabel Missaglia de Mattos (UFRRJ) - Coordenador/a, Senilde Alcântara Gualães (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Coordenador/a, Annelise Caetano Fraga Fernández (UFRRJ) - Debatedor/a

A proposta tem como objetivo reunir investigadores com enfoques interdisciplinares sobre os processos históricos de configuração de zonas fronteiriças nas Américas, sem deixar de considerar as relações do continente com os fluxos econômicos e políticos globais. As zonas de fronteira podem se caracterizar como "vazios" de poder nas quais a violência contra o "outro" é (re)produzida. Nesses contextos têm sido recorrentes as guerras e a escravidão, além de uma relação contraditória com o próprio Estado, ao questionar, inclusive, não apenas a cidadania mas a própria humanidade do outro. Investigadoras inovadoras sobre o tema, tanto em termos teóricos como metodológicos, têm surgido a partir de perspectivas que relacionam diversos campos de conhecimento. Perspectivas da etnohistória, de gênero, linguísticas, socioambientais, entre outras, vem criticando o pensamento colonialista ao apontar para o papel de centralidade das zonas fronteiriças para a compreensão das sociedades americanas. A proposta contempla investigações baseadas em fontes documentais ou etnográficas que abordam o tema da fronteira como espaço social e simbólico, aportando discussões relativas à reconstrução da memória histórica e aos intercâmbios comerciais e culturais, ao dinamismo identitário e construção de territórios, bem como as relações entre indivíduos e ou grupos, como indígenas, afrodescendentes, populações rurais e urbanas, em condições de vulnerabilidade social, econômica, cultural e jurídica.

A construção da nacionalidade a partir de políticas migratórias: um estudo do caso Britânico

Autoria: Julio D' Angelo Davies

Ao levarmos em consideração a farta discussão científica sobre o conceito de nação, nos deparamos com uma encruzilhada: de um lado, autores que defendem que este seja um fenômeno singularmente moderno, fruto de um contexto histórico-político europeu específico. De outro lado, autores que questionam essa visão, defendendo que o conceito de nação é anterior à modernidade, e que portanto seria problemático determinar uma gênese precisa do surgimento da nação (conhecidos como primordialistas). Tomando como ponto de partida a perspectiva modernista, que atribui à Grã-Bretanha, aos EUA e à França lugar central nesse processo, irei tomar o primeiro caso como unidade de análise. Procurarei demonstrar que há uma inconsistência profunda entre o conceito de nação moderna liberal (com Estado) e o conceito de nacionalidade moderna posterior que essas mesmas nações empregam, como algo herdado, ou produzido espontaneamente pelo acaso (eu sou porque minha família é; eu sou porque eu nasci aqui). A discussão sobre políticas migratórias pode, a princípio, parecer desconexa do debate sobre nacionalidade. Pretendo demonstrar como, no caso britânico, as definições sobre quem está dentro são progressivamente (re)formuladas a partir de quem está fora, ou seja há uma disputa política em torno da legitimidade da nacionalidade. As leis britânicas passaram de uma conceituação vaga de nacionalidade que abarcava todos os indivíduos submetidos à administração colonial do Estado-nação no início do século passado, para uma progressiva especificação que tinha como princípio fundamental muito mais excluir quem antes estava dentro do que propriamente definir critérios lógicos (se é que existem) de uma definição de nacionalidade. A partir de tantas idas e vindas legais sobre o direito à nacionalidade em uma nação moderna tão antiga, indaga-se até que ponto essas conceituações fazem sentido. Progressivamente, os Estados nacionais modernos demonstram que apesar dos preceitos da teoria do princípio de nacionalidade, a prática é bem



mais política e contextual que qualquer teórico pudera prever, e o fim das nações também está mais distante do que se imaginara. Ao longo do século XX a definição da nacionalidade britânica sofreu diversas alterações que foram na contramão do ideal liberal original, sendo fruto do período de surgimento do nacionalismo (1880-1914), a que Hobsbawn (1990) se refere.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

